

A OBRA ASSISTÊNCIAL DOS TERCEIROS FRANCISCANOS PORTUENSES

(Elementos para o seu Estado)

Por José Anibal Guimarães da Costa Eiras

A criação da Ordem Terceira de S. Francisco inscreve-se num vasto movimento de índole religiosa e social que, tendo a sua génese na Itália do século XIII, se espalhou rapidamente pelo mundo medieval cristão. O seu ideário foi nitidamente espiritualista, mas ninguém negará que contribuiu para refrear as paixões e desmandos característicos da época, funcionando também como uma espécie do que grosseiramente poderíamos chamar associação de socorros mútuos. Nos privilégios transcendentais que conferia aos seus membros e na protecção sócio-política que lhes dispensava, deve estar a razão profunda que determinou a sua enorme e rapidíssima expansão.

Esta incontestável vitalidade sofreu uma quebra sensível quando os Terceiros, e entre eles os portugueses, deixaram de ser oficialmente considerados pessoas eclesiásticas, perdendo consequentemente os privilégios adstrictos a tal dignidade. Esta crise foi muito sentida em Portugal, já que em 1557 parece ter-se perdido por completo a memória da existência mais que secular dos primeiros Terceiros Franciscanos Portugueses. Tal decadência foi considerada no Capítulo Geral dos Frades Menores de 1606, reunido em Toledo, onde se decidiu incentivar o mais possível o espírito franciscano. Mercê de pregações obedientes a esta determinante, funda-se em 1615 a Ordem Terceira de Lisboa e em 1659 a de Coimbra. A Ordem Terceira do Porto, erecta no Convento de S. Francisco da cidade em 1633, é pois mais um resultado positivo da campanha em curso.

A sua acção tendo como intensão primacial a promoção da vida religiosa dos Irmãos e consequente aperfeiçoamento moral, estendeu-se também aos mais variados aspectos de assistência secular. Prova-o, por exemplo, o facto de, pelo menos

a partir de 1660, ser detectável certa assistência domiciliária aos terceiros pobres da cidade do Porto. Nos primeiros Estatutos da Ordem, datados desse ano, já encontramos o cargo do Irmão Enfermeiro que, juntamente com o Padre Comissário, Ministro e Zeladores, devia auxiliar economicamente os Terceiros enfermos. No entanto, não estamos ainda perante uma obra assistencial perfeitamente estruturada. Tratar-se-á antes do modesto embrião da futura e notável obra dos Terceiros Franciscanos Portuenses.

Pode desde já, e por uma questão metodológica, enunciar-se o conjunto de realizações que vão surgir em épocas diferentes, devidas a solicitações sócio-económicas também diferenciadas, mas todas convergindo para o mesmo objectivo. Assim, iremos tratar sucessivamente da fundação, e só da fundação, do Recolhimento das Manteladas, do Hospital, das Enfermarias dos Entrevados e da Sopa Económica.

Em 1686, a Mesa, vendo que muitas das Irmãs da Ordem acabavam os seus dias em estado de grande miséria, chegando, quando não eram recolhidas nos hospitais públicos, a morrer em total desamparo, resolveu «fundar um hospital para doze irmãs entrevadas que nelle se recolhessem e passassem o restante da vida com alguma comodidade»¹.

Devemos advertir entretanto, e porque têm sido constantes os equívocos a este respeito, que este hospital é, na verdade e unicamente, um recolhimento. A assistência hospitalar, tal como hoje a entendemos, só começará em 1730. O Recolhimento, sob a invocação de Santa Isabel, Rainha da Hungria, foi construído num pequeno quintal que a Ordem possuía junto da sua igreja.

Como a construção demandava capitais que a Ordem não dispunha no momento, o seu financiamento ficou a cargo de nove irmãs terceiras, contribuindo cada uma com a quantia de vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reis. De posse destas esmolas, a Mesa iniciou as obras a 2 de Agosto de 1686, tendo elas acabado a 19 de Novembro do mesmo ano. A pequena casa térrea importou em duzentos e cinquenta mil reis e foi ocupada, a partir do dia 24 do mesmo mês pelas duas primeiras recolhidas, Maria de Mattos, viúva de Bartolomeu de Sousa e Margarida Francisca, viúva de Pedro Alves.

As irmãs agora recolhidas usavam um traje próprio «hábitos de burel, mantos de sirguilha e seus *toucados em forma de manteladas*»². Propositadamente sublinhámos as últimas palavras da citação pois delas provém a designação corrente por que os

¹ Arquivo da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto, Livro que a Mesa ordena sirva para as disposições, termos e mais cousas concernentes ao novo hospital de Sancta Isabel Rainha de Ungria, fundado este ano de 1686, in *Colecção de Livros Antigos*, Livro 3.º f. IV.

² A. O. T. F. P. Livro que a Mesa Ordena sirva (...) Livro 3.º f. IV.

livros da Ordem passam a conhecer o novo pelouro-Hospital ou Recolhimento das Manteladas.

Julgámos ser lícita a hipótese de, pelo menos inicialmente, o ingresso no Recolhimento envolver algum significado religioso. Isto por que as duas primeiras recolhidas, as únicas cujos apelativos conhecemos, por terem desaparecido todos os livros de registo, mudaram de nome aquando da sua entrada. Assim, Maria de Mattos passou a ser conhecida por Maria de Santa Isabel e Margarida Francisca chamou-se Margarida do Sacramento. Entretanto, tornou-se logo notada a escassez de meios para manter decentemente o Recolhimento. Por isso, as mesmas irmãs que tinham subsidiado a construção do edifício prontificaram-se, cada uma em seu mês, a arcar com as despesas enquanto o novo pelouro não conseguisse rendimentos suficientes.

O Recolhimento era governado por dois Mordomos escolhidos pela mesa no próprio dia da sua eleição. Além de terem sob sua exclusiva responsabilidade a administração do Recolhimento, deviam informar das condições de vida das Irmãs que solicitassem internamento. Era com base nestas informações que a mesa e só ela autorizava ou denegava o provimento da petição.

Para serem admitidas, as suplicantes, além de professoras na Ordem, teriam de ser pobres e idosas, cegas ou aleijadas.

São estas as primeiras normas que informam a vida do Recolhimento embora, desde logo, se admitisse a necessidade de futuras alterações ou acrescentamentos. Tal veio a acontecer em 1691 e a remodelação tomou foros de verdadeiro estatuto. As novas disposições eram essencialmente disciplinares, visando moderar as recolhidas nos «seus orgulhos que algumas vezes chegavam a clamorosos desconcertos»³ como saborosamente o confessa a própria Mesa. E ainda criado o cargo de Regente, com funções de ecónoma e vigilante disciplinar. Assim, competia-lhe organizar as despesas normais e recolher todas as esmolas que, se fossem em dinheiro, seriam distribuídas em partes iguais por todas as manteladas. Institucionaliza-se também o trabalho das recolhidas, que, podendo, somente devem fiar e cozer para a Ordem, sendo-lhes subministrados pela Mesa os materiais necessários.

Como atrás dissemos, perderam-se todos os livros privativos do Recolhimento cuja vida não deve ter sofrido grandes sobresaltos já que os termos da Mesa quase a não referem. Sabemos, entretanto que, pelo menos até 1711, a despesa alimentar das Manteladas oscilava entre duzentos e cinquenta mil e trezentos mil reis anuais. Por esta época, começaram a surgir alguns lugares vagos, devido principalmente à rígida disciplina a que as recolhidas estavam sujeitas. Em 1714, o Recolhimento contava somente com seis e em Mesa de 5 de Janeiro desse ano resolveu-se inde-

³ A. O. T. P. Livro que a Mesa ordena siva (...), in Colecção de Livros Antigos, Livro 3.º, fol. 5.

ferir sistematicamente as novas petições, assentando-se que, mesmo em vida das últimas Manteladas se convertesse o Hospital em instituição de «enfermos curáveis Irmãos desta venerável Ordem e que sayam depois de recuperarem saúde se não falecerem»⁴.

Como nesta altura ainda eram vivas seis das irmãs do Recolhimento, deixou-se ao arbítrio das mesas futuras a escolha do local onde se erigiria o Hospital da ordem. Ao mesmo tempo, e isto é absolutamente esclarecedor da firmeza e necessidade das decisões tomadas, ordenou-se que as mesas futuras, antes de começarem a exercer as suas funções, jurassem fidelidade a esta decisão, comprometendo-se a tudo fazer no sentido da rápida consecução da assistência hospitalar.

Enquanto a Ordem não reunia cabedais suficientes para a construção de edifício novo — fora entretanto abandonada, por exígua, a conversão do Recolhimento em edifício hospitalar — decidiu-se iniciar, em 1731, a assistência médica domiciliária. Inicialmente só dela beneficiavam os Terceiros que, vivendo intra-muros, fizessem prova, perante o Ministro, da sua condição económica débil. Quando o enfermo reunia estas condições era geralmente aceite, a não ser que o rendimento do novo pelouro já se tivesse esgotado. Havia porém dois casos em que se negava qualquer ajuda. Assim, não eram admitidos enfermos incuráveis ou portadores de doença contagiosa, bem como «enfermos de Gallico em castigo de seu vício sendo sujeito conhecido e enfamado dele»⁵.

É de dizer que a assistência se dividia em médica, medicamentosa e alimentar. Assim, cada doente tinha direito, em cada dois dias, a uma galinha que lhe era entregue morta, ou a um arrátel de carneiro ou vaca e pão, tudo conforme parecer do médico.

Estes despreziosos apontamentos não ficariam completos se não falássemos de dois cargos da maior importância no funcionamento da assistência hospitalar. Referimo-nos ao Enfermeiro-mor e ao Síndico. O Enfermeiro-mor, eleito anualmente, era depois do Ministro a maior autoridade no Hospital. Devia ter um rol de todos os enfermos e conhecer do seu estado de saúde, além do que a ele davam contas os Zeladores e os enfermeiros menores. Outra figura de grande importância na vida da Ordem era o Síndico que tinha a especial atribuição de gerir financeiramente a vida hospitalar.

Entretanto não tinha caído no olívio o termo de 5 de Janeiro de 1714 em que se decidira perentoriamente a construção de hospital próprio. Somente em 1733 a Ordem reuniu capitais

⁴ A. O. T. P. Termo de 5 de Janeiro de 1714, *Livro de Termos de 1693-1745*, fols. 46 v.-47.

⁵ A. O. T. P. Termo de 8 de Abril de 1731, *Livro 2.º de Termos de 1693-1745*, fols. 88 v.-92, capítulo II, parágrafo VIII.

suficientes para se abalançar a obra tão dispendiosa e a 28 de Abril de 1734 decidiu-se dar começo à construção, fazendo-se o alicerce com toda a segurança, tudo vigiado por irmãos *ulheiros* que serviriam por dois dias.

Quase não temos notícia sobre o andamento das obras nos anos seguintes. Unicamente conseguimos apurar algumas raras despesas de construção, quase nunca discriminadas. Assim, gastaram-se:

ANO DE 1734⁶

Despesa de Pedreiro	775\$230 reis
Despesa de Serralheiro	515\$879 »
<i>Total</i>	<u>1 291\$109</u> reis

ANO DE 1735

Despesa de Pedreiro e Serralheiro (não discriminada)	9 091\$289 reis
---	-----------------

ANO DE 1738

Despesa de Pedreiro, Serralheiro e Carpinteiro (não discriminada)	1 124\$180 reis
--	-----------------

ANO DE 1739

Despesa de Pedreiro, Carpinteiro « mais gastos» (não discriminada)	2 124\$180 reis
---	-----------------

Entretanto, os trabalhos continuavam e em 1742 os mesários viram-se na necessidade de solicitar a D. João V uma servidão de águas de que necessitavam para as obras. Tal pretensão foi atendida por provisão de 26 de Outubro de 1742, passando o chafariz de S. Domingos a subministrar a água necessária. Por esta altura, o Hospital já estava quase concluído, vindo a ser inaugurado solenemente em 26 de Maio de 1743.

A partir daqui começa a vida normal de uma instituição deste género. Em 5 de Agosto de 1745 celebra-se contrato com o cirurgião doutor Lopes Carneiro, morador na Rua do Lado, que, pelo seu trabalho, receberá quinze mil reis anuais. Por sua vez, o sangrador, cujo nome desconhecemos, vence nove mil e seiscentos reis anuais.

⁶ A. O. T. P. *Livro de Construcção do Hospital*, fols. 2 e seguintes.

É de dizer que nestes primeiros tempos se continua a observar o disposto no regulamento ou Estatuto de 1730. Compreende-se entretanto, que a assistência deixa de ser domiciliária, mas, até 19 de Junho de 1748, subsiste a assistência alimentar aos doentes. A partir desta data, ela só será prestada a Éticos, Tísicos e Leprosos que também contavam com assistência médica e medicamentosa em regime domiciliário.

Estas disposições vão ser substituídas pelo novo Estatuto do Hospital datado de 5 de Março de 1750. Segundo ele, o novo organismo assistencial passa a ser gerido por dois mordomos eleitos mensalmente. Eram estes mordomos que recebiam os novos doentes, minuciosamente inscritos no *Livro de Entradas do Hospital*. Logo que o doente era recolhido, contava com a assistência do padre capelão que o exortava a confessar-se. Devia também lembrar aos enfermos a conveniência de fazerem testamento e, quando estes manifestassem taís desejos, servir de tabeirão, registando-lho fielmente. No caso de algum dos enfermos recolhidos no Hospital falecer, deixando alguns bens em poder de outrem, os Mordomos deviam, após arrolamento cuidadoso perante três ou quatro testemunhas, transportá-los para o hospital. Esses bens eram depois vendidos e, deduzidas as despesas do seu tratamento e estadia, com o remanescente, mandar-se-ia dizer missas pela sua alma. No caso de o extinto ter herdeiros que custeassem as despesas hospitalares e fúnebres, não se applicava esta disposição.

Voltando à vida normal do Hospital, os doentes tinham direito a duas refeições diárias — jantar e ceia —, sendo as visitas de familiares normalmente proibidas.

A vida deste organismo continua a decorrer dentro da maior normalidade, mas, com o progressivo aumento do número de irmãos, o médico ficou muito sobrecarregado. Por isso resolveu-se em 1778 admitir segundo facultativo, o doutor Manoel Gomes da Silva, com vencimento anual de vinte e quatro mil reis, cujo trabalho incidiria especialmente na consulta externa e na assistência clínica a Éticos, Tísicos, Leprosos e Incuráveis.

A situação destes últimos enfermos agravou-se de tal maneira que o Definitório de 28 de Novembro de 1804 resolveu que se construissem duas novas enfermarias, masculina e feminina, onde se albergassem os referidos irmãos. Estes ficaram proibidos de comunicar por qualquer modo com os restantes doentes e, para prevenir o contágio, mandar-se-iam fazer louças, mobiliário e roupas adstrictas às novas enfermarias. Desta forma, e segundo o edital afixado à Porta da Igreja e do Hospital, acaba definitivamente a assistência domiciliária.

Vimos já que o edifício do Hospital da Ordem ficou concluído em Maio de 1743 e que a 26 do mesmo mês se fez a sua inauguração solene. Era, entretanto, desejo da Mesa prover de algum modo ao sustento dos Irmãos pobres entrevados. A oportunidade

surgiu em 1765 quando o Ministro da Ordem João Pinto legou para esse efeito, a importante quantia de dez mil cruzados. Outra contribuição cujo montante ascendeu a setecentos e quatro mil e quinhentos e vinte e sete reis proveio do testamento do terceiro Padre Manuel Ferreira de Brito. Em face destes quantitativos, resolveu-se, em Mesa de 22 de Dezembro de 1765, fundar no rés-do-chão do Hospital, um recolhimento para os terceiros entrevados pobres.

Nestas acomodações, que incluíam enfermarias feminina e masculina, far-se-ia também um altar para nele ser rezada uma das três missas diárias do Hospital. Em 27 de Agosto de 1766 concluíram-se as obras de adaptação que importaram na quantia de um conto, cento e vinte e quatro mil e quatrocentos e vinte reis. Como o rendimento do novo pelouro era ainda muito limitado—ele resumia-se a cento e vinte e sete mil e quatrocentos e cinquenta reis, produto da renda mensal de três armazéns situados em Vila Nova de Gaia—resolveu-se admitir somente quatro entrevados com a dotação alimentar diária de oitenta reis por cabeça. A administração das enfermarias ficou a cargo dos Mordomos do Hospital que superintendiam nos gastos a fazer e no trabalho da enfermeira e enfermeiro.

Não obstante, com o aumento do número de entrevados, voltaram a surgir dificuldades económicas e, para não se delapidar a reserva do pelouro, resolveu-se convocar um Definitório. Este, reunido em 18 de Julho de 1770, deliberou reduzir diversas despesas. Valeu, na emergência, o ex-Vice-Ministro José Francisco Monteiro Maia que se prontificou a tomar à sua conta, até Junho do ano seguinte, as despesas que agora se queriam abolir.

Esta esmola, que não passava de paliativo temporário, acabou no prazo previsto e logo os entrevados oficiaram à Mesa suplicando... «que lhes mandasse dar por esmola pão branco, vinho e enfermeira asselariada atendendo a sua decrépita idade»⁷. Esta solicitação encontrou o melhor acolhimento pois o estado económico das Enfermarias melhorara muito. Mas, ao passo que cresciam as disponibilidades económicas deste organismo, aumentava também o número de irmãos que solicitavam entrada. Este facto é determinante, e, em Mesa de 1793, resolveu-se acrescentar um terceiro andar por cima da cozinha do Hospital que ficaria a funcionar como Enfermaria das Entrevadas. O plano, da autoria do architecto Damião Pereira de Azevedo, foi posto em execução e, pouco depois, foi também transferida a Enfermaria Masculina.

É extremamente difícil, por falta de dados, apresentar o panorama económico da vida hospitalar até ao início do séc. XIX. Somente conseguimos apurar algumas raras despesas não discriminadas que indicamos a seguir.

⁷ A. O. T. P. Termo de 18 de Julho de 1770, *Livro de Termos de 1745-1782*, fol. 118.

Despesa Mensal do Hospital — Livro do Síndico

1805-1806 f. 41

Meses	Dias	Curativo f. 23	Entrevados f. 19	Incuráveis f. 23 v.	Total
Junho	30	402\$855	99\$990	19\$850	526\$695
Julho	31	178\$095	117\$755	6\$690	304\$540
Agosto	31	267\$250	117\$930	16\$590	401\$770
Setembro	30	298\$655	128\$945	9\$460	437\$060
Outubro	31	227\$155	131\$720	10\$985	369\$860
Novembro	30	181\$855	107\$765	10\$060	299\$670
Dezembro	31	165\$300	113\$940	8\$060	287\$300
1806					
Janeiro	31	121\$755	83\$540	7\$460	212\$755
Fevereiro	28	191\$760	111\$765	7\$320	310\$845
Março	31	410\$395	308\$720	6\$050	725\$165
Abril	30	390\$090	164\$845	9\$020	563\$955
Maio	31	420\$000	144\$000	12\$000	576\$000
		3 484\$734	1 628\$915	123\$545	5 015\$615

Despesa Mensal do Hospital — Livro do Síndico

1812-1813 f. 33

Meses	Dias	Curativo	Entrevados	Incuráveis	Total
Junho	30	210\$440	81\$300	10\$155	294\$400
Julho	31	174\$134	98\$610	6\$030	315\$080
Agosto	31	213\$267	123\$448	15\$112	313\$000
Setembro	30	173\$105	147\$400	13\$400	374\$061
Outubro	31	148\$870	163\$815	14\$130	351\$050
Novembro	30	153\$105	123\$620	11\$510	284\$000
Dezembro	31	164\$680	117\$085	3\$850	274\$045
1813					
Janeiro	31	195\$525	70\$580	3\$240	238\$500
Fevereiro	28	227\$480	114\$830	5\$190	347\$500
Março	31	255\$135	111\$755	6\$600	373\$490
Abril	30	476\$800	145\$635	13\$975	636\$410
Maio	31	202\$945	223\$680	26\$480	453\$105
		2 595\$486	1 521\$758	129\$572	4 254\$641

Despesa Mensal do Hospital — Livro do Síndico

1819-1820 f. 96

Meses	Dias	Curativo	Entrevados	Incuráveis	Total
Junho	30	306\$290	104\$740	33\$410	444\$440
Julho	31	389\$810	130\$310	13\$910	534\$030
Agosto	31	344\$640	100\$870	12\$670	458\$180
Setembro	30	261\$940	90\$330	6\$740	359\$010
Outubro	31	318\$795	97\$640	7\$980	424\$415
Novembro	30	345\$275	131\$030	8\$850	485\$155
Dezembro	31	201\$930	124\$685	14\$010	340\$625
1820					
Janeiro	31	194\$560	110\$080	18\$537	323\$177
Fevereiro	28	179\$400	111\$660	19\$155	310\$215
Março	31	208\$230	104\$310	39\$420	351\$960
Abril	30	238\$140	105\$080	11\$450	354\$670
Maio	31	420\$265	77\$480	10\$390	508\$335
		3 409\$475	1 288\$215	192\$522	4 894\$212

Despesa Mensal do Hospital — Livro do Síndico

1825-1826 f. 49 v.

Meses	Dias	Curativo	Entrevados	Incuráveis	Total
Junho	30	210\$325	76\$209	23\$253	309\$787
Julho	31	205\$514	77\$129	21\$754	304\$397
Agosto	31	240\$011	80\$023	18\$106	338\$140
Setembro	30	196\$220	81\$163	13\$552	290\$935
Outubro	31	282\$600	138\$260	12\$040	432\$900
Novembro	30	239\$910	100\$582	12\$920	353\$412
Dezembro	31	197\$550	72\$340	9\$95	297\$842
1826					
Janeiro	31	170\$975	69\$310	11\$720	252\$005
Fevereiro	28	160\$125	49\$670	11\$980	221\$775
Março	31	204\$290	65\$870	9\$720	279\$880
Abril	30	232\$685	55\$915	9\$450	298\$050
Maio	31	392\$925	88\$040	15\$200	496\$165
		2 733\$130	954\$511	169\$645	3 857\$286

Despesa Mensal do Hospital — Livro do Síndico
1826-1827 f. 46 v.

Meses	Dias	Curativo	Entrevados	Incuráveis	Total
Junho	30	217\$765	69\$810	13\$770	301\$345
Julho	31	227\$800	85\$915	14\$450	328\$165
Agosto	31	229\$365	95\$420	15\$600	340\$385
Setembro	30	221\$795	78\$155	15\$240	313\$190
Outubro	31	214\$870	75\$760	17\$280	307\$910
Novembro	30	211\$180	91\$050	12\$520	314\$750
Dezembro	31	174\$195	89\$945	12\$860	277\$000
1827					
Janeiro	31	217\$835	18\$505	14\$330	300\$670
Fevereiro	28	226\$320	71\$985	13\$460	311\$765
Março	31	273\$605	72\$775	11\$205	357\$585
Abril	30	283\$135	76\$565	12\$880	372\$580
Maio	31	489\$780	89\$240	14\$890	593\$910
		2 987\$645	965\$125	168\$485	4 121\$255

Despesa Mensal do Hospital — Livro do Síndico
1827-1828 f. 48 v.

Meses	Dias	Curativo	Entrevados	Incuráveis	Total
Junho	30	267\$620	74\$330	10\$980	352\$930
Julho	31	256\$655	80\$545	9\$135	346\$335
Agosto	31	220\$339	80\$885	12\$201	313\$425
Setembro	30	286\$770	77\$285	12\$895	376\$950
Outubro	31	238\$580	76\$650	15\$695	330\$925
Novembro	30	268\$790	119\$595	15\$070	403\$455
Dezembro	31	219\$590	107\$620	18\$590	345\$800
1828					
Janeiro	31	211\$375	56\$235	14\$725	282\$335
Fevereiro	28	189\$831	76\$126	14\$980	280\$936
Março	31	242\$825	72\$942	14\$645	330\$410
Abril	30	283\$375	82\$170	15\$450	380\$985
Maio	31	489\$945	72\$185	17\$360	579\$490
		3 175\$685	976\$565	171\$726	4 323\$976

Despesa Mensal do Hospital — Livro do Síndico

1829-1830 f. 48 v.

Meses	Dias	Curativo	Entrevados	Incuráveis	Total
Junho	30	267\$620	74\$330	10\$980	352\$930
Julho	31	256\$655	80\$545	9\$135	346\$335
Agosto	31	220\$339	80\$885	12\$201	313\$425
Setembro	30	286\$770	77\$285	12\$895	376\$950
Outubro	31	238\$580	76\$650	15\$695	330\$925
Novembro	30	268\$790	119\$595	15\$070	403\$455
Dezembro	31	219\$590	107\$620	18\$590	345\$800
1828					
Janeiro	31	211\$375	56\$235	14\$725	282\$335
Fevereiro	28	189\$831	76\$125	14\$980	280\$936
Março	31	242\$825	72\$942	14\$645	330\$410
Abril	30	283\$375	82\$170	15\$450	380\$985
Maio	31	489\$945	72\$185	17\$360	597\$490
		3 175\$685	976\$565	171\$726	4 323\$976

Resta-nos falar da sopa económica. O motivo principal da criação de mais este organismo de assistência deve residir nas graves dificuldades económicas que no século XIX experimentaram as pessoas e classes sociais mais desprotegidas e vulneráveis. Num pequeno caderno de lembranças diárias e prescrições correntes da vida do Hospital, datado de 1835, encontramos uma norma extremamente elucidativa sobre as condições de vida de certos extractos populacionais portuenses — «quando a este Hospital vier algum nosso Irmão para nelle ser tratado de queixa e o Irmão Doutor Médico lhe não ache mais do que a fraqueza procedida da sua summa pobreza, neste caso deve o nosso Irmão Mordomo recolhê-lo por algum tempo e dar-lhe alguns alimentos de sustância a fim de se restabelecer para poder ir tratar da sua vida para não cair em maior doença... como muitas vezes succede»⁸.

Este estado de carência alimentar faz com que a 30 de Janeiro de 1856 o Secretário proponha à Mesa que, em lugar das esmolos, leites e tratamentos termais e banhos de mar que a Ordem costumava dispensar, fosse antes distribuída pelos

⁸ A. O. T. P. *Caderno de Vareas Lembranças pertencentes ao Hospital da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco*, fol. 37.

Irmãos pobres uma Sopa Económica. Tendo-se calculado que, mesmo com o escasso número de 50 irmãos a servir diariamente, a despesa chegaria aos quatrocentos mil reis mensais, tornou-se necessário abolir diversas despesas sumptuárias ligadas ao culto e limitar o consumo de vinho nas Enfermarias dos Entrevados e no Hospital. A primeira refeição para Irmãos cegos, velhos ou aleijados, pois só estes tinham direito a ela, foi servida no dia de Páscoa de 1856. Esta refeição, diária e gratuita, constaria, inicialmente de «meio arrátel de pão e huma sopa de arroz e feijão temperada com gordura de porco pelo mesmo modo porque a Administração Militar faz o rancho à Tropa».

Alguns anos depois, na relação da Sopa Económica de 1862, encontramos não só os géneros utilizados na sua confecção, mas também os quantitativos correspondentes. Assim, em Agosto de 1862, gastaram-se:

- « 84 Quilogramas de arroz
- 56 Molhos de nabiças
- 56 Molhos de couve
- 134 Quilogramas de Feijão sendo 16/8 vermelho e 26/8 branco
- 168 Onças de toucinho
- 100 Onças de unto
- 152 Broas gastas nas rações

Importarão as 1 211 rações de sopa e broa em 23\$115 reis».

Na relação de Agosto de 1868, encontrámos o seguinte cômputo final:

- « 70 Quilogramas d'arroz
- 30 Quilogramas de toucinho
- 10 Quilogramas de unto
- 128 Quilogramas de feijão
- 165 Repolhos
- 4 Quilogramas de macarrão
- 160 Brcas».

As 1 280 refeições servidas importaram em 28\$755 reis. Apesar da normal falta de informação que, neste capítulo, reina nos arquivos da Ordem, conseguimos, principalmente nos anos de 1868, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883 e 1884, apurar o total das refeições servidas mensalmente aos Irmãos Pobres.

Sopa Económica — Quantitativos mensais das refeições servidas

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1861									1 055	1 088		
1862								1 211			1 087	1 016
1863	929	905	1 052	1 003	1 001	892						
1867							1 108	1 152	1 072	1 096	1 056	1 104
1868	1 112	1 152	1 224	1 288	1 292	1 280						
1879	982	862	985	959	1 046	986	904	895	922	917	889	1 047
1880	1 085	1 001	1 163	1 102	1 102	1 009	1 083	1 111	1 063	1 124	1 098	1 113
1881	983	969	1 085	1 136	1 226	1 214	1 030	1 043	1 004	1 054	1 062	1 089
1882	1 259	1 156	1 377	1 367	1 280	1 249	1 139	1 079	1 185	1 216	1 259	1 272
1883	1 345	1 280	1 396	1 315	1 415	1 337	1 284	1 153	1 196	1 272	1 208	1 360
1884	1 369	1 211	1 258	1 232	1 257	1 125	1 360	1 338	1 332	1 384	1 340	1 367

A partir daqui torna-se extremamente fácil calcular aproximadamente o número dos Irmãos alimentados pela Ordem. Com uma simples operação de divisão encontramos os seguintes números (ver quadro na página seguinte).

Se bem que a história da Sopa Económica continue, julgamos despido de interesse histórico o relato da sua vida posterior. E para finalizar não encontramos melhores palavras do que as proferidas pelo médico do Hospital na mesa de 12 de Janeiro de 1854: «No Hospital entravam agora menos doentes do que em iguais mezes d'outros annos, e que attribuia isto ao beneficio da Sopa Económica, com a qual se remediavam muitas necessidades que eram a causa de muitas enfermidades».

Quantitativo mensal dos «sopistas»

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1861									35	36		
1862								40			35	33
1863	39	31	35	33	33	29						
1867							36	38	35	36	35	36
1868	37	38	44	45	46	44						
1879	32	28	33	31	33	32	30	29	30	30	29	34
1880	36	33	39	36	36	36	36	37	35	36	36	36
1881	32	32	36	37	41	40	34	34	33	35	35	36
1882	41	38	45	45	42	41	37	35	39	40	41	42
1883	44	42	46	43	46	44	42	38	39	42	40	45
1884	45	40	41	41	41	37	45	44	44	46	44	45

